

Murillo Giordan Santos

COISA JULGADA ADMINISTRATIVA

Prefácio

Thiago Marrara

Apresentação

Irene Patrícia Nohara

Área específica

DIREITO ADMINISTRATIVO.

Áreas afins

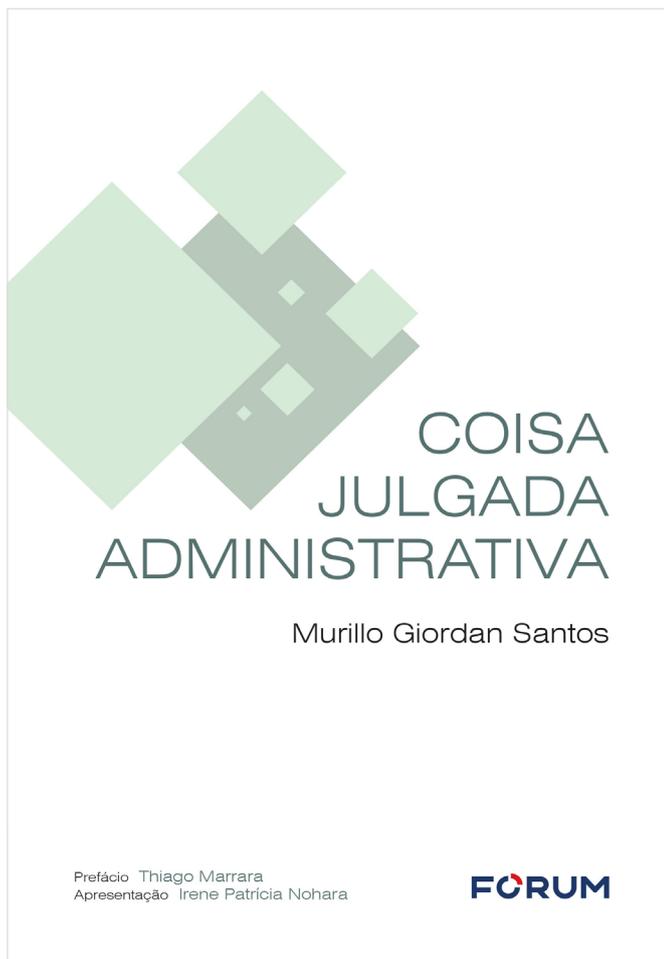
PROCESSO ADMINISTRATIVO; ATO ADMINISTRATIVO; ESTABILIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.

Público-alvo/consumidores

PROFISSIONAIS DO DIREITO, ESTUDANTES E PESQUISADORES QUE ATUAM NA ÁREA DO DIREITO ADMINISTRATIVO E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm

CÓDIGO: 10001839



A coisa julgada administrativa é frequentemente citada como argumento para a manutenção de decisões da Administração Pública. No entanto, ainda não havia sido objeto de estudo específico e aprofundado que indicasse o seu verdadeiro significado e os seus limites. Somente poucos parágrafos dos *manuals de direito administrativo* tratavam do assunto, que, não obstante, sempre foi objeto de citações de impacto em peças argumentativas.

A presente obra é fruto de tese de doutoramento na Faculdade de Direito da USP e aborda, de forma inédita no direito brasileiro, o real significado da coisa julgada administrativa e a sua aplicação, dando-lhe tratamento sistemático de acordo com o ordenamento jurídico nacional e com a jurisprudência dos tribunais pátrios.

O texto está atualizado com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) e com as recentes teses do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre processo administrativo, oferecendo ao público leitor fundamentos práticos e teóricos para a manutenção e o desfazimento dos atos administrativos. Trata-se de obra de grande utilidade para os que atuam com o direito administrativo e com a Administração Pública brasileira.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

S237c Santos, Murillo Giordan
Coisa julgada administrativa / Murillo Giordan Santos. – Belo Horizonte :
Fórum, 2021.
290 p.; 14,5x21,5cm

ISBN: 978-65-5518-127-2

1. Direito Administrativo. 2. Processo administrativo. 3. Ato administrativo.
I. Título.

CDD: 341.3
CDU: 342.9

Elaborado por Daniela Lopes Duarte – CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

SANTOS, Murillo Giordan. *Coisa julgada administrativa*. Belo Horizonte: Fórum, 2021. 290 p. ISBN 978-65-5518-127-2.

Murillo Giordan Santos é Doutor e Mestre em Direito do Estado pela Faculdade de Direito da USP, com estágio doutoral (doutorado sanduíche) na Universidad Autónoma de Madrid (Espanha). Procurador Federal da Advocacia-Geral da União – AGU, em que atualmente ocupa o cargo de Procurador-Chefe da Procuradoria Federal junto à Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Professor de Direito Administrativo.

PREFÁCIO	
Thiago Marrara	13
APRESENTAÇÃO	
Irene Patrícia Nohara	17
INTRODUÇÃO.....	21
1 Apresentação da tese.....	21
2 Metodologia.....	27
3 Estrutura da obra.....	35
CAPÍTULO I	
COISA JULGADA ADMINISTRATIVA: CONCEITO E DEFINIÇÕES.....	41
1 Conceito.....	41
1.1 Por que redefinir o conceito de coisa julgada administrativa? ...	41
1.2 A redefinição do conceito de coisa julgada administrativa.....	42
2 O estado da arte da coisa julgada administrativa no direito brasileiro.....	43
2.1 Teorias que negam a existência da coisa julgada administrativa.....	45
2.2 Conteúdo da coisa julgada administrativa.....	50
2.3 Requisitos para a formação da coisa julgada administrativa.....	54
2.4 Limites da coisa julgada administrativa.....	57
2.5 Uso da expressão <i>coisa julgada administrativa</i>	60
3 Origens e fundamentos da coisa julgada administrativa.....	66
3.1 Coisa julgada e coisa julgada administrativa.....	66
3.2 Origem civilista da coisa julgada e seus fundamentos.....	69
3.3 Surgimento e fundamentos da coisa julgada administrativa.....	77
CAPÍTULO II	
COISA JULGADA ADMINISTRATIVA NA LEI Nº 9.784/1999: PRINCÍPIOS E OBJETIVOS.....	89
1 Panorama geral da Lei nº 9.784/1999.....	90
2 Elementos da Lei nº 9.784/1999 relacionados com a coisa julgada administrativa.....	96
2.1 Âmbito de aplicação da Lei nº 9.784/1999 e da coisa julgada administrativa.....	97
2.2 Coisa julgada administrativa e o atendimento aos objetivos da Lei nº 9.784/1999: a proteção dos direitos dos administrados e o melhor cumprimento dos fins da Administração.....	106
2.3 Princípios da Lei nº 9.784/1999 que estruturam a coisa julgada administrativa.....	110
2.3.1 Devido processo legal, ampla defesa e contraditório.....	116
2.3.1.1 Contraditório.....	123
2.3.1.2 Ampla defesa.....	126
2.3.2 Segurança jurídica.....	128
2.3.3 Crítica ao uso desmedido de princípios e o art. 20 da LINDB....	139
2.4 Critérios da Lei nº 9.784/1999 que estruturam a coisa julgada administrativa.....	141
2.4.1 Boa-fé.....	142
2.4.2 Vedação de interpretação retroativa.....	157
2.5 Coisa julgada administrativa como reforço das finalidades do processo administrativo.....	162
2.5.1 Contribuição para o controle da Administração Pública.....	162

2.5.2	Contribuição para reduzir a judicialização da atividade administrativa	164
-------	--	-----

CAPÍTULO III

MODOS DE OCORRÊNCIA DA COISA JULGADA

ADMINISTRATIVA NA LEI Nº 9.784/1999		169
1	Coisa julgada administrativa nos atos nulos	171
1.1	A decadência do art. 54 da Lei nº 9.784/1999	172
1.2	Situação de fato consolidada antes do transcurso do prazo quinquenal	188
1.3	Proibição de alegação da própria torpeza	190
2	Coisa julgada administrativa nos atos revogáveis	191
2.1	Respeito aos direitos adquiridos	194
2.2	Vedação de aplicação retroativa de nova interpretação	196
2.3	Preclusão administrativa	198
2.4	Boa-fé	204
2.5	O art. 23 da LINDB e a modulação dos efeitos de atos não sujeitos à coisa julgada administrativa	207
3	Outras hipóteses de coisa julgada administrativa	209
3.1	Teoria do fato consumado	209
3.2	Decisão proferida pelo Poder Judiciário com força de coisa julgada	214

CAPÍTULO IV

REQUISITOS PARA A FORMAÇÃO DA COISA JULGADA

ADMINISTRATIVA		219
1	Requisitos comuns	220
2	Requisitos para a formação da coisa julgada administrativa dos atos nulos	222
3	Requisitos para a formação da coisa julgada administrativa dos atos revogáveis	222

CAPÍTULO V

A MODULAÇÃO DA COISA JULGADA ADMINISTRATIVA

NOS DIVERSOS TIPOS DE PROCESSO ADMINISTRATIVO		235
1	Processos administrativos de seleção pública	238
2	Processos administrativos para a aplicação de sanção	240
3	Processos administrativos de licenciamento ambiental	242
4	Processos administrativos para tomada de contas	246
5	Ausência de decisão no processo administrativo: o silêncio administrativo	250

CAPÍTULO VI

DESCONSTITUIÇÃO DA COISA JULGADA

ADMINISTRATIVA		257
1	Meios administrativos e judiciais	258
2	Revisão do processo administrativo disciplinar	263
3	Recurso hierárquico impróprio	265
4	Necessidade de revisão da Súmula nº 473 do STF	268

CONCLUSÕES		273
------------------	--	-----

REFERÊNCIAS		279
-------------------	--	-----